



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 150 - TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Alton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL
LÍDER DO PMDB – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	 LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Alton Freitas	LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
	LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2006

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006, que “altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de agosto do corrente ano.

Congresso Nacional, 28 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 141ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 939, de 2006, de autoria dos Senadores

Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando votos de pesar pelo falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em São Paulo, no dia 27 do corrente. Aprovado, tendo usado da palavra o Senador Marco Maciel.....

27518

1.2.2 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Manifestação em defesa da Lei nº 11.301/2006, que concede aposentadoria especial para carreira do magistério, tendo em vista a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador-Geral da República. A importância do papel das escolas técnicas de ensino profissionalizante.....

27521

1.2.3 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 921/2006, de 10 do corrente, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 578, de 2006, do Senador Arthur Virgílio.....

27526

Nº 1.145/2006, de 11 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 621, de 2006, do Senador Alvaro Dias.....

27526

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 214, de 2006 (nº 708/2006, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2006 (nº 3.168/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física, sancionado e transformado na Lei nº 11.342, de 18 de agosto de 2006.

27526

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 319, de 2006, em 24 de agosto de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** do dia 25 de agosto de 2006, que institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de

dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências.. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria*.....

27526

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 320, de 2006, 24 de agosto de 2006, e publicada no **Diário Oficial da União** do dia 25 de agosto de 2006, que dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria*.....

27527

1.2.6 – Discurso do Expediente (continuação)

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Justificação de referência feita ao Presidente Lula, em pronunciamento na semana passada, equivalente a Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, fato que causou polêmica por parte de seus pares.....

27528

1.2.7 – Comunicação

Do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, informando que designou os Senadores Jefferson Péres, Paulo Octávio e Demóstenes Torres como relatores das Representações nºs 1 a 3, de 2006, apresentadas contra o Senador Ney Suassuna, a Senadora Serys Slhessarenko e o Senador Magno Malta, respectivamente, e comunicando, ainda, a realização de reunião daquele Conselho, no dia 5 de setembro próximo.

27531

1.2.8 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 1.568/2006, de 25 do corrente, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 292, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência ontem, 24 de agosto de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.....

27531

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS

– Registro da matéria intitulada “*O Governo quer tomar as terras deles*”, publicada na revista **Exame**, edição de 19 de julho último.

27531

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da entrevista concedida pelo presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, ao jornal **Correio Braziliense**, edição de 6 do corrente. Registro da matéria intitulada “*TSE multa presidente em R\$900 mil*”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 18 do corrente.....

27533

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “*TSE condena Lula a pagar R\$900 mil*”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 18 do corrente.....

27538

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários ao artigo intitulado “*O exemplo de São Paulo*”, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 27 do corrente.....

27539

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DO PRESIDENTE

Nº 49, de 2006.

27540

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 195, de 2006.

27541

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.768 a 1.783, de 2006. 27541

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 141^a Sessão Não Deliberativa, em 28 de agosto de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência do Sr. João Alberto Souza

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 939, DE 2006

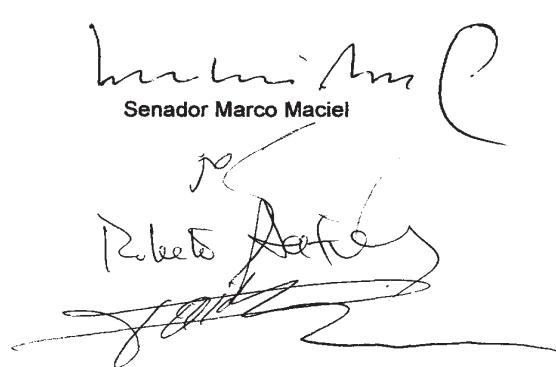
Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento do Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido em 27 de agosto corrente, na cidade de São Paulo:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências aos irmãos Luiz Fernando Mendes de Almeida, Cândido José Mendes de Almeida, Antonio Luiz Mendes de Almeida e Maria da Glória Mendes de Almeida Greve;

c) apresentação de condolências à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à Nunciatura Apostólica e a Arquidiocese de Mariana, em Minas Gerais.

Sala das Sessões, 28 de agosto de 2006.


Senador Marco Maciel

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, para encaminhar o requerimento.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre Senador João Alberto, representante do Estado do Maranhão nesta Casa da Federação, o Senado Federal; Srs e Srs. Senadores. Saúdo de modo especial o Senador Paulo Paim, aqui presente.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, como V. Ex^a anunciou, para manifestar o pesar do Senado Federal pelo passamento do Arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, ocorrido ontem à noite na cidade de São Paulo. Peço, em documento também assinado por V. Ex^a, Sr. Presidente, e pelo Senador Paulo Paim, que fosse inserido em ata o voto de pesar pelo falecimento do Arcebispo, bem como apresentação de condolências aos seus irmãos, Sr. Luiz Fernando Mendes de Almeida; Sr. Cândido Mendes de Almeida, meu colega na Academia Brasileira de Letras; Sr. Antonio Luiz Mendes de Almeida e Sr^a Maria da Glória Mendes de Almeida Grevi. Por fim, também que votos de condolências sejam expedidos à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, à Nunciatura Apostólica e à Diocese de Mariana, em Minas Gerais.

Sr. Presidente, Senador João Alberto, o falecimento de Dom Luciano Mendes de Almeida, Arcebispo de Mariana, cidade histórica de Minas Gerais, ex-Secretário-Geral da CNBB, durante dois períodos de 1979 a 1986, e ex-Presidente da CNBB, também em dois períodos: 1987 a 1995, deixou entristecida não só a comunidade católica, mas igualmente a sociedade brasileira.

Dom Luciano, nascido no Rio de Janeiro, era filho de ilustre família e deixou profundas lembranças de sua atuação como sacerdote e como prelado.

Dom Luciano iniciou a sua vida religiosa na Companhia de Jesus, Ordem dos Jesuítas, em 1947. Posteriormente, foi alçado à condição de seu delegado interprovincial no Brasil. Filósofo, graduou-se em Nova Friburgo, cidade do Rio de Janeiro, e doutorou-se, posteriormente, na Universidade Gregoriana de Roma, em cuja cidade foi ordenado padre. Era também doutor em

teologia, título que obteve ao tempo em que residiu em Roma, aperfeiçoando não somente os seus estudos, mas também já no cumprimento de funções eclesiás. Exerceu as funções de bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, nomeado pelo Papa Paulo VI, por sugestão do Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Sr. Presidente, em São Paulo, Dom Luciano criou a Pastoral do Menor e dedicou-se, ao lado das funções episcopais, à promoção de projetos voltados às crianças carentes, dando-lhes apoio material e espiritual. Aliás, foi esta talvez a marca maior da atuação pastoral de Dom Luciano: a dedicação às crianças. Até então, a Igreja não tinha uma pastoral do menor; e ele a criou e a fez desenvolver em todo o Brasil. Era uma demonstração concreta do seu amor, não somente pelas crianças, que Jesus tanto privilegiou nos seus ensinamentos, mas também uma demonstração do seu amor pelos pobres, sobretudo os excluídos da sociedade.

Posteriormente, Dom Luciano esteve em Puebla, no México, no Conclave da América Latina, que teve uma posição muito nítida no sentido de inserir na Igreja a preocupação cada vez maior pelos pobres. Daí surgiu a idéia de que a Igreja devia ter uma “opção preferencial pelos pobres”.

Em fins da década de 70 passada, já na condição de Secretário-Geral da CNBB, negociou o novo Estatuto de Estrangeiros com o Governo do Presidente João Figueiredo, especialmente com o seu Ministro da Justiça, Deputado Ibrahim Abi-Ackel.

Para a Igreja Católica, a liberação de vistos era fundamental, porque, à época, grande parte do clero brasileiro constituía-se de estrangeiros. As negociações que Dom Luciano empreendeu num momento difícil de nossa história não se circunscreveram à questão dos vistos, porque tiveram um alcance mais amplo no sentido de dotar o País de uma legislação mais moderna que, inclusive, agilizasse a concessão dos vistos, não criasse dificuldades a sua renovação e, sobretudo, não se fizesse exclusão, porque, muitas vezes, negavam-se vistos ou se exigiam muitas precondições para que fosse concedido.

O trabalho de Dom Luciano foi muito importante na ocasião porque ele conseguiu finalmente que se fizesse um novo Estatuto e, assim, houvesse uma disciplina mais aberta no tratamento da questão.

Outro ponto importante de sua atuação, já no Governo do Presidente José Sarney, foi a questão da reforma agrária e da violência no campo, que deixou fundas cicatrizes pelos assassinatos de padres e de trabalhadores. Os entendimentos também caminharam

bem e houve um diálogo fluido, como se diz em linguagem diplomática, entre o Governo e a CNBB.

Em 1987, sucedendo Dom Ivo Lorscheiter, ocupou a Presidência da CNBB durante dois períodos, como disse no início das minhas palavras. Para não me alongar, Sr. Presidente, vou citar apenas um ponto da sua fecunda atividade. Ele atuou junto à Constituinte em favor dos direitos sociais, inclusive dos índios, levando reivindicações do Cimi e de outras instituições de natureza social. Seu trabalho foi muito profícuo, porque a Constituinte foi um grande momento de afirmação nacional e, sobretudo, de consolidação de uma legislação que não somente assegurasse o retorno do País ao Estado democrático de direito, mas também a ampliação dos direitos fundamentais, quer no campo político ou social, quer no campo econômico ou dos direitos culturais. Aliás, cada vez mais, esses direitos recebem maior proteção, inclusive da comunidade internacional, por meio de instituições como a ONU, a OEA e, também, de muitas organizações regionais ou sub-regionais, como é o caso do Mercosul, que contempla essa proteção por meio da chamada cláusula democrática, que exige que um país, para que possa pertencer à instituição, deva obviamente praticar a democracia.

Sr. Presidente, apreciando a estuante vida de Dom Luciano, gostaria de salientar haver privado de relacionamento próximo quer como Parlamentar, quer como Ministro da Educação e Ministro-Chefe da Casa Civil, quer como Vice-Presidente da República e posso assim dizer que, por conta de entendimentos, tornei-me amigo dele, e, muitas vezes, conversamos. Antes da internação que o levou ao hospital, tive oportunidade de falar-lhe ao telefone. Tinha por ele uma grande admiração, que penso ser o sentimento de todos os brasileiros.

É bom recordar, também, que Dom Luciano participou intensamente da renovação da Igreja pós-Concílio Vaticano II e exerceu ativo papel na defesa dos direitos humanos, da realização da reforma agrária e da abertura política do País.

Ouço, com prazer, o nobre Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, cumprimento V. Ex^a pela brilhante iniciativa desse voto de solidariedade, de pesar à família e a todo o povo brasileiro, por tudo que representava e representa Dom Luciano. Sempre digo que o corpo dos homens e das mulheres morre, mas as idéias ficam, e as idéias de Dom Luciano, com certeza, terão continuidade. Diria que a frase que ouvi hoje de um Bispo em relação a Dom Luciano merece ser repetida. A última frase de Dom Luciano, que foi repetida hoje

pela manhã, foi a seguinte: "Por favor, não se esqueçam dos pobres. Lembrem-se sempre dos meus, dos nossos pobres." Achei muito bonita essa frase, a última que ele teria dito. Fui Constituinte também – e V. Ex^a atuou intensamente naquela época –, e, de fato, todas as vezes em que ele esteve aqui, dialogando com os Parlamentares, Senadores e Deputados Constituintes, foi na linha dos direitos humanos. Portanto, essa é a imagem que levo dele. Ele, como Secretário Geral, foi um mediador, buscava uma saída para os conflitos, sempre na linha dos homens e das mulheres em primeiro lugar. Creio que é isto que falta, hoje, à grande parte dos líderes deste País: que o discurso, a fala leve, em primeiro lugar, o interesse do ser humano. Isso é fundamental, e essa é a imagem que ele me deixou, uma imagem muito bonita. Como digo, ele morreu, mas seus ideais continuarão sempre vivos junto a nós. Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento – V. Ex^a que conhece a história dele, porque era seu amigo pessoal, inclusive falou com ele, quando ele ainda estava no hospital. Parabéns, mais uma vez, Senador Marco Maciel, pela iniciativa. Tenho muito orgulho por V. Ex^a ter-me convidado a assinar, junto com V. Ex^a e outros Senadores, esse voto de pesar. Obrigado.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Paulo Paim. Acolho, com muito reconhecimento, as palavras que V. Ex^a profere a respeito de Dom Luciano.

De fato, Dom Luciano foi um dos grandes prelados da Igreja Católica, sobretudo nos momentos difíceis que atravessou o País. É bom lembrar que a sua atuação, não excluía sempre a busca do diálogo. Ele amava o diálogo. Diria até que tinha o estilo mineiro. Era veemente e assertivo em suas colocações, mas sempre mantinha a capacidade dialogal aberta. Ele esposava com convicção suas idéias, mas era capaz de buscar entendimento e a solução. Era uma pessoa, portanto, com vocação de líder. Daí a grande repercussão que seu falecimento alcançou desde o dia de ontem.

Conviver com ele era para mim um dom, pois nele se descobria sua forte vocação profética, expressa na denúncia das injustiças. Geralmente, pensamos, Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, que o profeta é aquele que prevê o futuro, que o antecipa. Mas, na realidade, o verdadeiro profeta não é só aquele que prevê o futuro, que orienta e dá rumos, mas aquele também que denuncia as injustiças. Um dos grandes profetas, que foi Isaías, disse certa feita: "Clama, não cesses, ergues como a trombeta a tua voz", querendo dizer que não bastava orientar suas comunidades, seus povos, com relação ao futuro, mas que era fundamental, também, denunciar as injustiças do presente. Nisso posso afirmar, sem nenhum receio, que Dom Luciano

foi um autêntico profeta, no sentido polissêmico que a palavra "profeta" tem. Ou seja, múltiplos sentidos, e um deles é certamente aquele de denunciar as agruras do presente e, de alguma forma, lembrar o passado com base nas lições que brotam do Antigo e do Novo Testamento.

Sr. Presidente, embora saibamos, como dizia Alceu Amoroso Lima, ser a "morte o avesso da vida, mas não o contrário dela", seu falecimento consterna a todos, especialmente os amigos.

Dom Luciano publicava aos sábados, desde 1984, uma coluna na página A2 da **Folha de S.Paulo**.

No dia 5 deste mês, há somente pouco mais de vinte dias, já hospitalizado e talvez pressentindo a proximidade da morte, Dom Luciano assim se expressou em seu artigo: "Estou nas mãos de Deus. Deus nos criou por amor e Ele sabe o que é melhor para nós. Coloco minha vida em suas mãos".

Antes de encerrar, Sr. Presidente, desejo ler três curtos depoimentos sobre Dom Luciano.

De Dom Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, disse: "Lamentamos a morte de D. Luciano, mas nos alegramos por sua missão cumprida de forma iluminada. Ele foi uma das grandes figuras da Igreja Católica do Brasil e do mundo. Nós o consideramos um bispo exemplar que se distinguiu pelo desprendimento e atenção às pessoas. Sob este aspecto, D. Luciano foi um modelo de santo."

Na mesma direção, foi o depoimento de Dom Geraldo Majella, Cardeal-Arcebispo de Salvador, Arcebispo Primaz do Brasil e atualmente Presidente da CNBB: "Manifestamos nossa solidariedade aos familiares e parentes de D. Luciano e à Arquidiocese de Mariana. Seu dinamismo, inteligência privilegiada, dedicação incansável e testemunho de amor à Igreja deixaram marcas profundas na Conferência Episcopal e na Igreja no Brasil. Sua vida de oração e o testemunho de amor a Deus e ao próximo ajudaram muitas pessoas a se aproximarem de Deus".

Por fim, gostaria de citar um depoimento do Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, que – é importante lembrar – era amigo de Dom Luciano e o conheceu há cerca de três décadas, quando este era Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, ao tempo em que, como lembrei aqui, era Arcebispo de São Paulo o Cardeal Dom Paulo Arns.

O Professor Cláudio Lembo, hoje exercendo as funções de Governador de São Paulo, se manifestou de forma sintética, mas muito precisa, sobre ele: "Dom Luciano foi um homem completo e acima de tudo um bom religioso, um representante à altura dos jesuítas. Um homem de cultura, sensível e muito diplomático".

Aliás, ao lembrar a condição de jesuítas, saliento que Dom Luciano foi o primeiro jesuítas brasileiro a ser escolhido bispo.

Sr. Presidente, Senador João Alberto Sousa, encerro minhas palavras citando um versículo do Atos dos Apóstolos que Dom Luciano gostava de mencionar e se constituiu, na minha opinião, na marca de sua conduta: "Quando vamos aprender que é feliz quem faz os outros felizes?"

E foi essa conduta que marcou D. Luciano, a busca de ser feliz procurando fazer com que os outros fossem felizes.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Marco Maciel, V. Ex^a disse tudo sobre Dom Luciano Mendes de Almeida. E guardo, também, excelentes recordações de Dom Luciano. Tive a honra de subscrever o requerimento de V. Ex^a. Eu via em Dom Luciano aquele homem santo, que todos nós considerávamos, mas o que mais me marcava em Dom Luciano era a sua simplicidade, seu comportamento, como ele falava com as pessoas. O Brasil sente muito o desaparecimento de Dom Luciano. Ele deixa uma lacuna entre todos nós. Deus levou um homem bom.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Nobre Senador João Alberto Souza, permita-me, talvez até anti-regimentalmente, dizer que V. Ex^a tocou num ponto talvez nuclear na personalidade de Dom Luciano: a sua simplicidade; até a forma de falar, de se relacionar, isso que o fez uma pessoa capaz de dialogar com todos e cada um. Daí por que também quero aproveitar a ocasião para dizer que as palavras de V. Ex^a foram muito oportunas, sobretudo investido da condição de Presidente da sessão. Aproveitar também para dizer que expressamos nosso sentimento de pesar ao Vaticano, através do Núncio Apostólico no Brasil, D. Lourenço Baldissari.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Em votação o requerimento de autoria do Senador Marco Maciel.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, e Senador Marco Maciel, falarei hoje sobre educação, mas não simplesmente da questão específica da universidade

ou dos chamados alunos e alunas de primeiro grau. Falarei da situação dos professores.

Começo dizendo, Sr. Presidente, que me preocupa muito a Adin proposta pelo Procurador-Geral da República alegando que é inconstitucional a Lei nº 11.301/2006, aprovada por unanimidade pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que eu tive inclusive a satisfação de defender junto com outros Senadores na tribuna desta Casa.

Essa lei, Sr. Presidente, garante a extensão do benefício de aposentadoria especial para a carreira do magistério e destaca a relevância naturalmente dos diretores, aqueles que não estão na sala de aula, mas – por exemplo, no Rio Grande do Sul – são eleitos pelo voto direto para serem os dirigentes. Eles, então, que têm de coordenar toda a estrutura do colégio respectivo, não terão direito mais à aposentadoria especial.

Lamento essa posição do Procurador-Geral da República, Sr. Presidente, porque entendo que o Congresso agiu de forma correta em relação à garantia da aposentadoria especial para os professores. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, CNTE, naturalmente, vai lutar, de todas as formas possíveis, para que essa ação, se julgada, e o será, no Supremo Tribunal Federal, reconheça o direito dos professores.

É incontestável, Sr. Presidente, o conteúdo da Lei nº 11.301. Ela encontra legalidade no princípio constitucional da isonomia, uma vez que equipara servidores em função de direção, coordenação e assessoramento com os de professores, pretendendo, assim, a melhoria dos padrões de qualidade do ensino e a valorização dos profissionais.

Falamos tanto em educação, mas é preciso que também lembremos que não teremos educação de qualidade sem a valorização dos professores. Quem convive com a realidade escolar sabe que as condições de trabalho e os fatores de desgaste profissional afetam por igual todos os trabalhadores e a educação.

Assim pensando, Sr. Presidente, na dignidade do servidor da educação como pessoa humana e no valor social do trabalho que ele realiza, é que nós aprovamos aqui a lei.

Todos os especialistas em psicologia são unâmes em afirmar que a Síndrome do Esgotamento Profissional ou Síndrome de Burnout vem sendo considerada como o maior fator de desgaste a afetar os trabalhadores em educação.

Essa doença é revelada por uma das consequências mais marcantes do estresse profissional e se caracteriza pela exaustão emocional, a avaliação negativa de si mesmo, depressão e insensibilidade com relação às pessoas e aos fatos do seu dia-a-dia.

Pesquisas demonstram também que a Síndrome de Burnout atinge, além de professores, também diretores, orientadores educacionais, servidores de ensino e especialistas em educação em igual grau de manifestação quanto ao seu comportamento.

Os nossos doutos Ministros do Supremo Tribunal Federal, com certeza, irão rever o entendimento consolidado naquele Tribunal, para que não somente os professores em real exercício da função em sala de aula possam usufruir da contagem especial para a aposentadoria, como aqui apontou o Congresso Nacional. E tenho muita convicção de que o Supremo Tribunal Federal vai alterar essa visão apresentada pelo Procurador-Geral da República.

Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, na defesa da Lei nº 11.301, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação promete atuar junto à Advocacia Geral da União mediante o instituto jurídico Amicus Curiae, atuando como colaborador informal da Corte para sustentar a defesa dos professores.

A briga é justa e, como se diz no Rio Grande, essa peleia vem de longe. Por isso, os professores não devem desanimar, pois os argumentos a seu favor são inúmeros. Eu teria de discorrer neste meu pronunciamento por horas e horas, para que não ficasse dúvida alguma de que os professores merecem a aposentadoria especial e também a regra de transição assegurada aos outros trabalhadores e que não foi estendida aos professores no seu conjunto.

Sr. Presidente, respeito à dignidade dos educadores é um dos aspectos de urgente reflexão que se faz necessário quando o assunto é educação. Nós temos de pensar, também, naquilo que concerne aos reflexos da educação no comportamento e na vida de nossa sociedade.

Afinal, qual é o caminho mais certeiro na direção de eliminarmos a pobreza e melhorarmos a qualidade de vida de nossa população? Com certeza, todos dirão que passa pela educação. Com certeza, é por intermédio da educação!

Nesse sentido, Sr. Presidente, trago à tribuna o papel fundamental que também as escolas técnicas desempenham em nosso País, escolas de tempo integral que têm realizado um bem inestimável aos nossos jovens, às suas famílias, às comunidades e à nossa sociedade.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, assisti, em uma emissora de televisão, ao meio-dia, um documentário muito positivo em favor do ensino profissionalizante. Eu, que venho dessa área – estudei no Senai durante longo período e lá me formei –, reconheço que foi fundamental para minha vida, para

a formação do meu caráter, ter passado por escolas técnicas.

É nas Escolas Técnicas, Senador Saturnino, que os nossos jovens encontram a oportunidade valiosa de aprender um ofício e ter uma profissão. Eles não só se tornam aptos a participar do mercado de trabalho como técnicos qualificados, mas se lançam nele de forma mais madura, exercendo a sua cidadania, munidos de consciência ética e de valores fundamentais para a formação da sociedade que queremos para todos nós.

Sempre digo que sou um apaixonado pelo ensino profissionalizante e, por isso, apresentei o chamado Fundep, Sr. Presidente, projeto que visa a fortalecer verbas para o ensino profissionalizante. Nesse aspecto, Senador Roberto Saturnino, com alegria, gostaria de ouvir o aparte de V. Ex^a, porque entendo necessário cada vez mais o investimento nas Escolas Técnicas. Assim, o nosso jovem, antes de ter a oportunidade que quero que ele tenha na universidade, já pode ter uma profissão adquirida no ensino de Primeiro e Segundo Graus, para que possa até, quando for o caso, pagar a sua universidade. Sabemos, Senador Roberto Saturnino, que V. Ex^a gostaria que todos tivessem ensino público e gratuito do jardim de infância até à universidade, mas, num país de terceiro mundo como o nosso, temos de criar alternativas. Por isso, o Presidente Lula, que V. Ex^a defende com muita precisão, criou o ProUni.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Nobre Senador Paulo Paim, meu aparte é para concordar com tudo o que V. Ex^a diz. V. Ex^a cita o nosso Presidente, que é um exemplo à Nação do que pode exercer um ensino profissional bem constituído sobre a formação da pessoa humana, sobre sua dignidade, na medida em que oferece o caminho da profissão bem lastreada, que abre outros caminhos para o seguimento, no Terceiro Grau, na formação universitária, mas que dá, desde logo, o lastro ao jovem que vem de uma condição mais modesta, para usufruir de sua dignidade e ter a perspectiva e a possibilidade de continuar galgando até patamares mais elevados. V. Ex^a tem sido um lutador. Na verdade, ambos temos sido, porque eu também me considero engajado nessa defesa do ensino profissional. Lá em meu Estado, agora, tivemos o galardão de conseguir, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a grande escola de Realengo, que há anos e anos se demandava – escolas na Baixada, em Nova Iguaçu, em Nilópolis, em Campos. Há uma progressão muito nítida dos projetos e das realidades de Escola Técnica no Rio, fruto exatamente do empenho do Governo atual e de todo o esforço que pessoas como V. Ex^a têm feito em prol dessa grande bandeira, que é o

ensino profissional. Parabéns mais uma vez a V. Ex^a por mais este pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex^a por lembrar com muita precisão a figura do Presidente Lula, que também passou por Escola Técnica, como muitos de nós que estamos aqui. V. Ex^a, em todos os debates que tivemos nas comissões sobre o tema, defendeu, de forma apaixonada, mais investimentos no ensino profissionalizante.

Senador Marco Maciel, com alegria, ouço seu aparte sobre o tema da educação, voltado para a Escola Técnica e a valorização de todos os professores.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Paulo Paim, associo-me, a exemplo do que já o fez o Senador Roberto Saturnino, às palavras de V. Ex^a. A grande questão estrutural brasileira ainda não resolvida é a educação, sem a qual não vamos ter uma sociedade verdadeiramente democrática, nem adequadamente desenvolvida, porque é somente através dela se oferece a todos e a cada um o domínio dos códigos básicos da sociedade, para que o cidadão participe plenamente da comunidade em que vive. Em segundo lugar, o cidadão pode ter exata consciência de seus direitos e deveres e, mais do que isso converter-se em cidadão útil, participando da construção do País. V. Ex^a, então, fere uma questão que está permanentemente na agenda brasileira e, não por outra razão, é essencial. Devo também acrescentar que, com a revolução científico-tecnológica que tem vivido o mundo desde o fim do século XX e início do Século XXI, torna-se mais relevante ainda o papel da educação; isto é, a educação e seus múltiplos desdobramentos. V. Ex^a chamou a atenção não somente para o ensino básico, mas também para o ensino profissionalizante – o ensino sobre diferentes etapas e métodos – e o chamado ensino superior. E aí não podemos desligar a questão de educação da questão da ciência e da tecnologia. O que estamos vendo é que o Brasil também precisa se inserir no mundo, investindo em parcerias entre a universidade e a empresa, buscar desenvolver novas tecnologias, novos procedimentos que alavanquem o processo de desenvolvimento. Atualmente, a questão científica e tecnológica, que passa pela inovação, exige enlaces não somente no País, mas também no exterior, mesmo porque os tempos de mundialização faz que haja mais integração de todos os países na comunidade internacional. E o Brasil não pode deixar, como vem fazendo, de participar deste momento. Isso é essencial, se desejamos ser a grande nação que acreditamos que seremos no Século XXI. O Brasil tem tudo para realizar aquele sonho intenso de que fala o Hino Nacional: "...um sonho intenso, um raio

vívido...". Mas é fundamental investir em educação. E investir em educação lembro – insisto – falar na ciência e na tecnologia, porque o mundo, segundo Norberto Bobbio – repito –, vai se dividir entre os que sabem e os que não sabem. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Marco Maciel, cumprimento V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a toma um eixo que reforça a linha do que disse em seu aparte o Senador Roberto Saturnino. É indiscutível.

Para isso, tenho o que eu chamaria de uma frase quase pronta. Digo sempre que o avanço tecnológico, a robótica, a cibernetica e a automação são uma realidade. Se o nosso aluno de primeiro e segundo graus não aprender esses princípios que vão nortear a sua profissão no futuro, que já hoje passa por essa área, amanhã ou depois, não terá como se apresentar para o mercado de trabalho. Portanto, o ensino profissionalizante é fundamental.

Lembro-me que, quando era menino e morava no interior, em Caxias do Sul, meu sonho era ir para a Escola Técnica Parobé, na capital gaúcha, Porto Alegre. Em Caxias do Sul, eu dizia que sairia do Senai e iria para o Parobé ou para a Escola Técnica da Varig. Como V. Ex^as se lembram, a Varig era o xodó, o centro das atenções – infelizmente, a Varig acabou, mas, quem sabe, agora retome suas atividades, pois, pelo menos, não foi à falência.

Aproveito, Sr. Presidente Senador João Alberto, para, no dia de hoje, prestar uma homenagem àquela primeira escola técnica que conheci, a Escola Técnica Parobé. E ao prestar esta homenagem especial a uma escola profissionalizante de alta qualidade no Rio Grande do Sul, quero homenagear todas as escolas técnicas do Brasil pelo excelente trabalho que realizam, por seus fundamentos e objetivos e pelos êxitos alcançados com seus alunos.

Desejo cumprimentar, de forma calorosa, com muito respeito e orgulho, o Centro Tecnológico Estadual Parobé, que, no dia 1º de julho passado, comemorou seu centenário. São cem anos de luta em prol da formação do nosso povo.

Essa escola é motivo de orgulho para a comunidade gaúcha e, com certeza, exemplo e referência nacional, um marco do ensino profissionalizante, tão falado aqui por todos nós.

O Parobé nasceu em 1º de julho de 1906, por iniciativa de um grupo de professores – e, no início da minha fala, insisti muito na valorização dos professores – da Escola de Engenharia, liderados pelo saudoso João José Pereira Parobé. E ressalto, pois, que o nome da escola foi tomado de empréstimo a um de seus fundadores, Parobé Iniciou oferecendo cursos de

marcenaria e forja a seus dezesseis alunos e funcionava nos porões da Escola de Engenharia. Ou seja: os engenheiros, à época, queriam que a meninada tivesse o ensino técnico, e começaram a dar aulas a fim de que eles enfrentassem o mercado de trabalho. A escola ganhou sede própria em 1908, e acrescentou ao currículo mais três cursos: mecânica, serralheria e carpintaria.

O Instituto vai crescendo, com aulas nos três turnos, e estabelece convênios com escolas similares da Europa. Em 1932, passa a integrar a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, onde é considerado um dos estabelecimentos de referência por sua qualidade excepcional de ensino e o nível superior dos seus jovens formandos.

A atual sede foi inaugurada em 1960, quando também foi alterado o seu nome de Instituto para Escola Técnica Parobé.

O Parobé superou a crise originária da Reforma do Ensino, em 1971, mediante a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando passou a receber o aporte de recursos e o redirecionamento de seus cursos a profissões emergentes e que apontassem para o futuro.

A Escola oferece hoje cinco cursos técnico-profissionalizantes de tecnologia avançada em duas grandes áreas: na área de indústria, cursos em eletrônica, eletrotécnica e mecânica. Na área de construção civil, cursos em edificações e em estradas. Oferece também o ensino médio regular.

Hoje, Sr. Presidente, os 3.986 alunos – veja bem: de 16 alunos, temos hoje 3.986 alunos – operam com GPS, tornos computadorizados, eletrônica de ponta e outros equipamentos e ferramentas ultramodernos.

Na Escola, os alunos podem aprender tarefas de alta especialização, como regulagem de elevadores, testes de material elétrico, levantamentos topográficos, análise de características de metais, operação de centrais telefônicas, e tantas outras áreas.

Esses alunos facilmente encontram oferta de trabalho, não apenas estágio, mas até empregos permanentes nas empresas. Cerca de 1.200 empresas buscam e disputam os alunos da Escola Parobé.

A escola oferece ainda à comunidade cursos de especialização, centro de idiomas, grupos de terceira idade e estação de radioamadores.

É importante lembrar também os 286 professores e funcionários que mantêm a escola. Fica aqui um abraço carinhoso a esses professores e funcionários, pela forma apaixonada como defendem essa caminhada do ensino profissionalizante.

Não posso deixar de mencionar também a importante parceria do Sindicato dos Técnicos Industriais – Sintec, que representa legalmente esses técnicos, promove e protege o exercício profissional e tem na pessoa do Sr. Ricardo Nerbas, técnico industrial, o seu Presidente.

Trata-se de uma escola exemplar, na forma de um moderno centro tecnológico, uma instituição pública e gratuita – esta é gratuita –, com espírito empreendedor e visão de futuro. O legado da escola para o nosso Rio Grande é incalculável.

Sr. Presidente, sou oriundo de escola técnica, sou egresso, com muito orgulho, do Senai da cidade em que nasci, Caxias do Sul, uma escola co-irmã da Parobé. São escolas de filosofias semelhantes, que prestam um excelente serviço e fazem parte de uma categoria, para mim, muito elevada de estabelecimentos de ensino, porque forma a nossa juventude.

Sinto orgulho por ter passado por uma escola técnica. Foi um aprendizado para toda a minha vida, como trabalhador, como pessoa, como cidadão, como sindicalista. Participei da construção de um novo modelo social, em que a justiça é a mola mestra e em que as oportunidades realmente estão ao alcance de todos. Ao alcance de todos que têm oportunidade de passar por uma escola técnica. Nem todos têm essa chance. Em seguida vou falar sobre isso, Sr. Presidente.

Lembro-me que, quando ingressei no Senai naquela época, houve uma disputa enorme: eram cem candidatos para dez vagas. E, felizmente, eu consegui entrar.

Como eu quero escola técnica para todos, apresento aqui uma proposta. Como Senador, sinto grande satisfação de ver que o Governo Federal está disposto a avançar na caminhada para que tenhamos mais escolas técnicas. O Ministério da Educação já se comprometeu conosco a trabalhar para aprovação de projeto de minha autoria que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). O Projeto de minha autoria encontra-se tramitando na Comissão de Educação desta Casa, pronto para entrar na pauta. O relator é o Senador Juvêncio da Fonseca, que já apresentou parecer favorável à matéria.

Entre os objetivos do Fundep estão o de geração e manutenção de emprego e renda, o combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo, via nossos alunos, que poderão, com certeza, fazer o seu curso técnico.

Os recursos do Fundep serão provenientes de percentuais da arrecadação dos impostos sobre renda, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – que tem hoje superávit de quase R\$50 bilhões e que deveria investir mais na escola técnica porque isso gera emprego e renda para o nosso povo – e de outras fontes que estão especificadas no projeto.

O programa financia as seguintes ações:

- Realização de estudos de pré-investimentos necessários à elaboração de planos estaduais para a Reforma e Expansão do Ensino Médio – PEM, e – Expansão da Educação Profissional – PEP, bem como de projetos escolares;
- Investimento na área de educação profissional, incluindo ações de reforma/ampliação de instituições federais e/ou estaduais de educação profissional já existentes;
- Construção de Centros de Educação Profissional sob a responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e do segmento comunitário;
- Aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão;
- Aquisição de materiais de ensino-aprendizagem;
- Capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo com salários decentes – mais uma vez, ressalto a importância da valorização dos professores do Jardim de Infância, 1º e 2º graus, ensino técnico até a universidade; e
- Prestação de serviços e consultorias para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógicas e de gestão.

Enfim, um enorme leque de ações que possibilitam que o nosso País entre na esfera do desenvolvimento tecnológico, tendo com base as escolas técnicas de ensino profissionalizantes.

O Fundep pode ajudar na construção de um novo perfil da classe trabalhadora – eu que venho do movimento sindical, Sr. Presidente, digo isso com muita convicção –, que esteja qualificada a responder aos desafios das modificações tecnológicas e da globalização, e assim também contribuindo para o novo projeto de desenvolvimento nacional e ajudando a fazer do Brasil um País cada vez mais justo, moderno e soberano.

Gostaria de deixar registrado aqui o meu convite a todos para que participem da audiência pública que

solicitei com vistas a discutir o ensino técnico-profissionalizante em nosso País, à luz do PLS nº 274/2003 e também da PEC nº 24/2005, ambos de minha autoria, com reflexos nos programas do MEC e de todo o sistema de educação do País.

Foram convidadas para participar do evento, que será no próximo dia 5, diversas entidades, entre elas a Federação Nacional dos Técnicos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a Superintendência da Educação Profissional, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e também os responsáveis pelo Governo Federal nesta área, até porque estão já avançando, e o Fundep vem contribuir nesse sentido.

Sr. Presidente, essa matéria é muito importante para a comunidade jovem do nosso País e também para aqueles, Sr. Presidente, que têm mais de 45 anos, porque também estes precisam, muitas vezes, reciclar-se para o novo momento em que vive o nosso mercado de trabalho. Infelizmente, muitos deles são discriminados por causa da idade.

É comum, Sr. Presidente João Alberto, nessa caminhada que estou fazendo pelo Rio Grande neste momento eleitoral, em que pulsa mais forte o coração da democracia, por ser o momento da disputa – assim é a vida –, as pessoas me dizem que seria importante uma lei – e tenho projeto neste sentido, assim como outros Senadores e Deputados – buscando incentivo às empresas para que contratem homens e mulheres com mais de 40, 45 anos, que acabam sendo discriminados ainda jovens, eu diria.

Sr. Presidente, estou com 56 anos e sinto-me ainda com um enorme potencial para produzir para o meu País. Como pode alguém discriminhar um homem ou uma mulher porque têm 40, 45 anos? No Fundep, também, queremos investimentos nessa área, para que o nosso jovem se prepare para o amanhã e para que aquele cidadão com mais de 40, 45 anos, que operava uma máquina superada pela tecnologia, possa se preparar para reingressar ou permanecer no mercado de trabalho, disputando de igual para igual com outros homens e mulheres o direito ao trabalho, um direito de todos.

Por isso insisto na realização desta audiência pública que pretende discutir novas oportunidades para todos os brasileiros, tanto os jovens que estão entrando no mercado de trabalho como aqueles que têm mais de 40 anos.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que permitiu que eu discorresse, nesta segunda-feira, sobre a im-

portância da valorização dos professores, garantindo a todos aposentadoria especial, a regra de transição que aprovamos na PEC paralela e que não querem admitir para os professores, bem como, agora, falar sobre o ensino técnico-profissionalizante.

Obrigado, Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Sobre a mesa, Avisos de Ministros de Estado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 921/2006, de 10 do corrente, da Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 578, de 2006, do Senador Arthur Virgílio; e
- Nº 1.145/2006, de 11 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando informações referentes ao Requerimento nº 621, de 2006, do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As informações foram encaminhadas, em

cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, Mensagem do Presidente de República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 214, de 2006 (nº 708/2006, na origem), de 18 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2006 (nº 3.168/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o Dia do Profissional de Educação Física, sancionado e transformado na Lei nº 11.342, de 18 de agosto de 2006.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de agosto de 2006, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 319, de 2006**, que

“Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

PMB

Wellington Salgado de Oliveira	Alberto Silva
Luiz Otávio	vago
Valdir Raupp	vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

*PDT

Jefferson Péres	vago
-----------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo

PMB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	José Rocha

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

	PP	
Mário Negromonte		Benedito de Lira
	PTB	
José Múcio Monteiro		Fleury
	PL	
Luciano Castro		José Carlos Araújo
	PSB	
Alexandre Cardoso		Dr. Ribamar Alves
	PDT	
Miro Teixeira		Álvaro Dias
	*PC do B	
Inácio Arruda		Jamil Murad

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 25-8-2006**
- Designação da Comissão: **28-8-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **29-8-2006**
- Emendas: **até 31-8-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **25-8-2006 a 7-9-2006**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **7-9-2006**
- Prazo na CD: **de 8-9-2006 a 21-9-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **21-9-2006**
- Prazo no SF: **de 22-9-2006 a 5-10-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **5-10-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 6-10-2006 a 8-10-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **9-10-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **23-10-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Senhor Presidente da República adotou, em 24 de agosto de 2006, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 320, de 2006**, que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira	Alberto Silva
Luiz Otávio	vago
Valdir Raupp	vago

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL/PRB)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

*PSOL

Heloísa Helena	vago
----------------	------

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

PT

Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo

PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	José Rocha

PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

PP

Mário Negromonte	Benedito de Lira
------------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Fleury
---------------------	--------

PL

Luciano Castro	José Carlos Araújo
----------------	--------------------

	PSB
Alexandre Cardoso	Dr. Ribamar Alves
	PDT
Miro Teixeira	Alvaro Dias
	*PV
Jovino Cândido	Fernando Gabeira

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **25-8-2006**
- Designação da Comissão: **28-8-2006 (SF)**
- Instalação da Comissão: **29-8-2006**
- Emendas: **até 31-8-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **25-8-2006 a 7-9-2006**(14º dia)
- Remessa do processo à CD: **7-9-2006**
- Prazo na CD: **de 8-9-2006 a 21-9-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **21-9-2006**
- Prazo no SF: **de 22-9-2006 a 5-10-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **5-10-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 6-10-2006 a 8-10-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **9-10-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **23-10-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, ex-prefeito do Rio de Janeiro, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero hoje voltar a um tema que introduzi na semana passada e que causou certa estranheza entre alguns Senadores da Oposição, quando fiz referência ao Presidente Lula equiparando-o aos outros dois presidentes que constituíram marcos na história republicana do Brasil, que foram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Quero voltar ao tema com a maior serenidade e sem ironias para justificar esse meu ponto de vista, destacando aqueles governantes e respectivos pe-

ríodos de governo que introduziram transformações estruturais na sociedade brasileira.

Trata-se daquela sociedade que saiu do Império para a República, marcada pelo regime da República Velha, com uma predominância absoluta de chefes políticos locais, que tomavam conta do Estado brasileiro, de propriedade dessa oligarquia que nomeava os funcionários e tomava todas as decisões num nível regional. Não havia um projeto nacional brasileiro, um projeto de Nação.

A criação desse projeto deu-se com a Revolução de 30, com os dois governos de Getúlio Vargas e com a estruturação do Estado, o Estado Racional, a criação do Dasp e dos concursos públicos. Depois, houve o projeto de industrialização, o Estado intervindo nos setores de economia importantes do País – o café e o açúcar –, criando em seguida a infra-estrutura industrial e, no período seguinte, a Petrobras, o BNDES e a Vale do Rio Doce bem como introduzindo os direitos trabalhistas de forma não-democrática, porque Getúlio Vargas não era um democrata; Getúlio Vargas era um positivista, uma daquelas mentalidades que via na ciência, no bom senso e no patriotismo um caminho para fazer bem ao povo, mas não a partir deste, e sim, a partir das luzes que a ciência indicava. Assim eram os positivistas. E Getúlio decorreu de uma linha de positivistas célebres do Rio Grande do Sul – Júlio de Castilho, Borges de Medeiros etc. Esse foi o primeiro grande projeto nacional brasileiro que transformou estruturas deste País. Realmente o Brasil foi outro depois de Getúlio Vargas.

O segundo grande projeto transformador foi o de Juscelino Kubitschek, sim. Não tanto pela continuidade do desenvolvimentismo que vinha de Vargas, mas especialmente pela visão do alargamento da fronteira do País. O Brasil era um país litorâneo, este interior era um deserto. Conheci Brasília na sua construção. Vindo de avião, levavam-se horas e horas sobrevoando um deserto. Em Minas Gerais, nas proximidades do Rio de Janeiro, não havia ocupação na Zona da Mata; a partir de Belo Horizonte, não havia praticamente nada. Todo este imenso território brasileiro era desconhecido do Brasil, e Juscelino, com a implantação da Capital, abriu essa fronteira, sob críticas terríveis. Vivi essa fase, era jovem e me lembro das terríveis críticas da construção de Brasília. Os adversários, os udenistas da época, viam na construção de Brasília uma ladraagem só!

O Senador Paulo Octávio parece que ficou chocado, mas ele era muito pequeno nessa época ou não havia nem nascido – nem sei –, mas eu vivi esse momento e me lembro bem.

Enfim, esse foi um grande projeto brasileiro, o de integração deste território gigantesco que não era conhecido do Brasil, a partir da implantação da Capital, daquela resolução política, eminentemente política. Não havia qualquer motivação de natureza econômica, nem mercado algum que falasse em Brasília; foi uma decisão política de integrar o País. Então o Brasil conheceu uma nova etapa depois da construção de Brasília e da abertura da fronteira oeste.

Sr. Presidente, agora nesse primeiro Governo Lula, com todas as críticas que se possam fazer e que se devam fazer, o fato é o seguinte: pela primeira vez um governo definiu como projeto a integração social, isto é, a implantação progressiva, muito progressiva – embora ainda muito lenta no início –, como projeto de governo definido e prioritário, a distribuição de renda, a integração das zonas pobres do Brasil, a integração das camadas pauperizadas deste País, a realização da justiça social, da justiça econômica, da justiça estrutural, que nunca ocorreu, nunca esteve presente no Brasil. Ao contrário, desde os tempos da escravidão, este País foi marcado pela injustiça estrutural.

Então, pela primeira vez, um Presidente – pioneiro neste caso – age para mudar as estruturas sociais. Isto é que considero importante.

O que marca a história da República são as mudanças estruturais. Primeiro, o projeto de Nação, de Getúlio Vargas; depois, a interiorização, a abertura do território, o alargamento, o aprofundamento da fronteira, com Kubitschek; e, agora, a estruturação, a mudança de estrutura no campo social, com o projeto de redistribuição de renda e de incorporação à vida econômica e social do País camadas enormes, imensas da população que estavam à margem. Então, isso é um fato histórico! Isso caracteriza um período, um marco histórico, sim, quer dizer, um novo patamar. E, por conseguinte, comparável e análogo aos patamares produzidos por Vargas e Kubitschek.

É claro que este projeto ainda não está concluído. É um projeto que foi iniciado. Mas o seu início, a sua eleição, por parte do Governo, como projeto prioritário – e é um projeto prioritário – inclui, nitidamente, a distribuição até à frente do crescimento econômico,

invertendo aquele lema de fazer crescer o bolo para distribuí-lo. Ao contrário, distribui-se o bolo até antes para fazê-lo crescer já em novas bases estruturais – isso é o importante –, com uma produção agrícola-industrial voltada para o atendimento das necessidades fundamentais de enormes massas da população brasileira que estavam à margem dele.

Essa é uma mudança estrutural de grande envergadura, para marcar a História, sim. Para marcar a História, sim. Façamos críticas – e é importante que sejam feitas –, mas é necessário reconhecermos essa marca de pioneirismo, de mudança estrutural, marca esta que introduz algo que não existia antes.

Podem chamar de assistencialistas programas como o Bolsa-Família, mas o fato é que se muda a distribuição de renda. A pirâmide de distribuição de renda, no Brasil, está mudando a olhos vistos, na nossa face, e a população, obviamente, está respondendo. Não é por acaso que o Presidente, debaixo de tantas críticas, mantém a popularidade e o apoio da população. Espero que eles sejam mantidos – não quero antecipar resultado eleitoral algum –, mas não é por acaso que eles existem, é porque isso está acontecendo. Estão acontecendo coisas importantes como o Bolsa-Família, a melhoria significativa do valor real do salário mínimo, a agricultura familiar, a reforma agrária – que, embora devagar, anda muito mais depressa do que em qualquer outro período da nossa História –, microcréditos e incentivos a cooperativas.

Na edição de ontem de **O Globo**, há toda uma página relatando o crescimento das cooperativas de trabalhadores brasileiras, que assumem empresas em processo de falência e encontram apoio governamental para fazê-las renascer, reviver, redinamizando-as. O título da matéria é “Cooperativa cresce e aparece”. Empresas, em associação de trabalhadores, já movimentam, por ano, R\$6 bilhões e empregam mais de um milhão de pessoas.

Esse conjunto de programas voltados para a justiça social é algo de muito importante, refletindo-se em outras atitudes também.

O **Jornal do Brasil** de sexta-feira, por exemplo, coloca em sua manchete: “Duplicam prisões por crimes de luxo”. Os crimes de colarinho branco, que nunca eram punidos no País, passaram a sê-lo. Detidos, neste ano, já são 400. No ano passado, foram 600. Isso nunca ocorreu. Isso nunca ocorreu no Brasil!

Algo de novo está ocorrendo sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, um trabalhador que chegou

ao cargo de Presidente com todas as suas limitações: não tinha experiência de Governo e foi apoiado por um Partido que também nunca tinha exercido o Governo no âmbito federal. Tudo isso cria dificuldades, exige aprendizado. Cometem-se erros, por vezes muito graves, mas o fato é que há um conjunto de realizações no campo social.

O projeto de investimento na educação de base demorou, pois poderia ter sido concluído antes, mas, finalmente, foi aprovado e vai encontrar a sua realização. Além disso, está sendo dada prioridade ao ensino profissional e técnico, como o Senador Paulo Paim, que me antecedeu, ressaltou muito bem em seu discurso.

Tudo isso compõe um quadro em que se verifica, claramente, a prioridade do Governo, pela primeira vez em nossa História, de enfrentar o problema estrutural da injustiça existente neste País.

Isso se constitui, sim, num marco importante e é motivo suficiente para se colocar o Presidente Lula num patamar análogo, equivalente ao de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, na minha opinião. Posso estar equivocado e não estou querendo ser verdade histórica, mas acredito que a História, nos seus períodos posteriores, vai mostrar isso com clareza. Tenho essa convicção, assim como creio que ele será reeleito para um segundo mandato e aprofundará essa diretriz voltada para a justiça social, inaugurando um novo período histórico da República brasileira.

Por tudo isso, Sr. Presidente, julguei conveniente fazer essas observações, confirmando o que eu já havia dito.

Soube depois, pois eu não me encontrava presente, que houve um mal-entendido com relação ao Senador Paulo Octávio, que acreditou que eu estava tentando diminuir a figura de Juscelino. Nunca, ao contrário. Fui um jovem que trabalhou no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, no período áureo do seu Governo, e fiquei indignado com as acusações levianas, absurdas e cruéis dos seus adversários udenistas. Estes, como eu disse, classificavam o Governo de Juscelino das formas mais depreciativas possíveis e eu, indignado, continuava trabalhando. Então, que transformação seria essa de eu, hoje, querer denegri-lo? Ao contrário, considero que Juscelino foi um dos grandes marcos, assim como foi Getúlio Vargas e como é Lula, que será reconhecido pela História, na medida em que é um pioneiro que introduz uma transformação

nova, estrutural, na sociedade brasileira, dando prioridade à questão social.

Sr. Presidente, tudo isso vai continuar em discussão. Estamos num período de disputa eleitoral, de disputa presidencial, e é muito normal, muito natural que as opiniões se tornem agudamente mais confrontantes. Creio que a sociedade brasileira como um todo está reconhecendo isso e dará ao Presidente condições de, reeleito, executar, aprofundar e levar à frente a sua prioridade, o seu projeto de justiça estrutural na sociedade brasileira. É claro que vai precisar de um apoio muito grande da sociedade para aprofundar esses veios que ele apenas indicou no seu primeiro mandato, mas que devem ser desenvolvidos, retomando, sim, o crescimento, se bem que de uma natureza diferente.

Não será mais aquele crescimento eminentemente voltado para o atendimento do consumo das classes privilegiadas, ou eminentemente baseado no esforço de exportação, que será sempre importante, bem como o consumo das classes mais elevadas de renda. No entanto, o mais importante é o alargamento do mercado interno, capaz de sustentar uma base de produção industrial e agropecuária, com consumo voltado para as necessidades fundamentais do povo mais carente, que nunca teve presença marcante no mercado, a partir do Nordeste. A própria equalização regional do Brasil vai resultar desse programa do Governo Lula.

Noutro dia, tive a oportunidade de mostrar aqui, também com matérias publicadas na imprensa mais insuspeita, que nunca o Nordeste teve aplicações da ordem de R\$6 bilhões em programas de desenvolvimento regional como agora. Nunca! Então, tudo isso vai-se refletir e inaugurar, marcar uma época específica na História republicana brasileira, presidida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria trazer, outra vez, à Casa, para confirmar e reafirmar o que eu disse há uma semana e que causou certa estranheza em alguns Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Roberto Saturino.

Esta Presidência se sente muito satisfeita com a visita dos alunos e professores do Colégio La Salle, de Águas Claras, em Brasília. Eles visitam o Sena-

do Federal comandados pelas Professoras Débora e Émile.

Sintam-se em casa no Senado Federal, e muito obrigado pelas presenças.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, comunico ao Plenário que designei o Senador Jefferson Péres para relatar a Representação nº 1, de 2006 (Senador Ney Suassuna); o Senador Paulo Octávio para relatar a Representação nº 2, de 2006 (Senadora Serys Slhessarenko); e o Senador Demóstenes Torres para relatar a Representação nº 3, de 2006 (Senador Magno Malta).

Comunico, ainda, que convoquei reunião do referido Conselho a realizar-se no dia 5 de setembro próximo, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho.

Determinei à Secretaria-Geral da Mesa o envio das referidas Representações aos respectivos Relatores, bem como cópia de toda a documentação que instrui cada Representação a cada um dos Senadores contra o qual foi oferecida, para, querendo, apresentar defesa no prazo previsto no inciso II do art. 15 da Resolução nº 20, de 1993, combinado com o da Resolução nº 37, de 1995, ambas do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.568 SGM/P

Brasília, 25 de agosto de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF
Assunto: Encaminhamento do processado da Medida Provisória nº 292, de 2006.

Senhor Presidente,
Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 292, de 2006, tendo em vista o término do prazo de vigência ontem, 24 de agosto de 2006, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente lido vai à publicação e será cumprido o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O processado da Medida Provisória nº 292, de 2006, vai à Comissão Mista.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e a Srª Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O governo quer tomar as terras deles”, publicada pela revista **Exame** em sua edição de 19 de julho do corrente.

A matéria trata da proposta do governo de alterar os números dos índices de produtividade que atualizariam a produção mínima necessária para que as propriedades não sejam consideradas improdutivas e, nesse caso, destinadas à reforma agrária.

Segundo a reportagem, a proposta do governo foi feita com base num trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra que calcularam os indicadores de produtividade com base na produção registrada entre 1999 e 2003, período em que o agronegócio bateu seguidos recordes. Com a crise atual, para a qual o governo Lula contribuiu de forma decisiva, a queda de produtividade no setor é clara.

A matéria termina com a seguinte indagação: “Quem está cumprindo melhor sua função social, os produtores que respondem por um terço do PIB brasileiro ou os ineficientes assentamentos rurais?”

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GOVERNO QUER TOMAR AS TERRAS DELES

Grandes proprietários podem ser desapropriados caso entre em vigor uma polêmica alteração na lei de reforma agrária

Felipe Seibel

NÃO BASTASSE TER DE ENFRENTAR uma das piores crises que já assolaram o campo brasileiro, os produtores rurais acabam de receber uma notícia que caiu como uma verdadeira bomba. Meio na surdina, setores do governo planejam uma abrupta alteração nos rumos da reforma agrária no país e ameaçam de desapropriação uma enorme parcela dos fazendeiros. Pela idéia em debate, cada grande produtor será obrigado a atingir um índice mínimo de produtividade — quem ficar abaixo dele num único ano corre o risco de perder a terra. Por si mesma, tal notícia já é suficiente para tirar o sono de milhares de proprietários. O mais grave, porém, é que as versões que circulam em Brasília apontam que essa exigência de produtividade poderá ser draconiana. O medo é que os produtores, abalados pela crise, simplesmente não tenham condições de cumprir as exigências. Embora ainda não se conheçam os detalhes, algumas estimativas mostram o fantástico potencial de problemas da medida. No caso da soja e do milho, o consultor André Pessoa, da Agroconsult, empresa especializada em agronegócio, estima que até 58% das lavouras fiquem abaixo da nota de corte. Nos estados mais afetados pela seca, como o Rio Grande do Sul, é provável que haja atualmente um número muito reduzido de produtores em condições de produzir com a eficiência exigida nas versões originais do projeto. “O clima no campo é de apreensão”, diz Luiz Antônio Pinazza, diretor da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

A discussão sobre o índice de produtividade foi um dos fatores que motivaram há duas semanas a saída do governo de Roberto Rodrigues, que ocupava o Ministé-

rio da Agricultura desde a posse do presidente Lula, em 2003. Em Brasília, Rodrigues era o principal opositor da medida. Uma de suas críticas ao índice era a de que ele fora feito com base num trabalho do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, que calcularam os indicadores de produtividade de cada cultura pela produção registrada entre 1999 e 2003 — período em que o agronegócio nacional bateu seguidos recordes. Com a crise atual, naturalmente, os produtores têm menos recursos para aplicar em insumos, como defensivos e fertilizantes. É por isso que todos os especialistas já vinham trabalhando com a perspectiva de queda na produtividade do setor. Portanto, o momento não poderia ser pior para cobrar dos fazendeiros que cumpram as exigências em termos de produção. “Além de fixar um teto alto, o governo não leva em conta as características cíclicas do setor”, afirma Pessoa. “É natural que a produtividade seja maior nos anos positivos e caia nos de dificuldades.”

A saída de Rodrigues representou a queda de um dos últimos defensores do agronegócio dentro do governo Lula. O anúncio do nome de seu substituto deixou o setor para lá de ressabiado. Quem assumiu o cargo foi o antigo secretário executivo do ministério, Luís Carlos Guedes Pinto. Embora fizesse parte da equipe de Rodrigues, Guedes tem ligações históricas com os movimentos de reforma agrária. Em razão disso, os produtores acham que ele tende a ser simpático à idéia de facilitar a desapropriação de novas terras. Na cerimônia de posse, o novo ministro utilizou um discurso conciliatório, dizendo que o tema ainda não está fechado. Presente na ocasião, o presidente Lula também fez ques-

tão de apaziguar os ânimos. “Nada será feito por agora”, afirmou ele, num sinal de que a medida não será implementada antes das eleições de outubro. O que vem depois ninguém sabe.

Independentemente do desfecho do caso, o episódio já abriu uma nova crise entre os agricultores e o governo. O presidente da Sociedade Rural Brasileira, João de Almeida Sampaio, diz que o setor fará campanha aberta contra a administração petista caso a nova política seja implementada. Alguns produtores falam até em adotar uma espécie de política de “desespero”, investindo o que puderem nas culturas, mesmo que isso resulte em mais prejuízo, apenas para atingir o índice de produtividade a ser exigido pelo governo. “Pior do que perder dinheiro numa safra é perder a terra”, afirma Nelson Taludo, agricultor do interior do Paraná, um dos produtores que estariam hoje ameaçados de desapropriação (veja quadros nestas páginas).

O fato de haver produtores dizendo que vão jogar dinheiro fora para manter suas propriedades não é o aspecto mais surreal de toda essa discussão. Há outros absurdos na história. Em primeiro lugar, o governo não tem condições de saber qual será o impacto da medida, pois não realiza desde 1996 um censo agropecuário no Brasil. Ou seja, ninguém sabe dizer se a mudança das regras liberará 100 ou 1 milhão de hectares passíveis de desapropriação. Além disso, o empenho do governo dá a impressão de que estão faltando terras no país para ser distribuídas — daí a necessidade de avançar sobre quem produz e gera riquezas. É um raciocínio incorreto. Hoje existem mais de 90 milhões de terras agricultáveis ociosas no Brasil

(veja quadro abaixo). Como elas se localizam longe dos grandes centros urbanos, são propriedades desprezadas pelo MIST e por outros movimentos do gênero. "Aumentar o estoque de terras para reforma agrária não é o principal objetivo da medida", afirma Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário. "Queremos melhorar a performance no campo. A situação atual premia a improdutividade e impede o andamento das reformas."

As palavras de Cassel sugerem que haja no Brasil um número considerável de especuladores de terra, sem interesse em investir seriamente na agricultura. Ocorre exatamente o contrário. Se há um setor eficiente na economia brasileira é o agronegócio. Ele é responsável por 34% do produto interno bruto (PIB), 37% dos empregos gerados e 93% do saldo da balança comercial. Além do mais, trata-se de um dos setores mais produtivos do país — graças a investimentos em tecnologia implementados ao longo de décadas. Desde 1991, o país foi capaz de dobrar a produção agrícola, apesar de a área plantada quase não ter crescido. Em vez de investir em fatores que possam turbinar ainda mais o trabalho de quem já produz, como novas pesquisas e linhas de financiamento, o governo planeja tomar as terras para entregá-las à turma dos assentamentos agrários, que já provou ser capaz de tudo, menos de produzir com eficiência.

O interesse do governo em fixar um índice mínimo de produtividade traz também outras questões importantes a ser discutidas envolvendo o conceito de direito de propriedade. Um exemplo: punir a ineficiência de um produtor com a perda de suas terras é algo justo? Mal comparando, seria o mesmo que uma lei permitir a desapropriação de uma montadora de veículos que, por alguma circunstância, opera apenas em dois turnos — e não nos três de sua capacidade total. Em todos os demais setores da economia, fica a cargo do merca-

do definir quem são os produtores que merecem permanecer em operação — e quais serão deslocados. Ou seja, numa economia de mercado é normal que os mais competentes prevaleçam. No caso do universo do campo, a noção que abre espaço para que se rasgue o direito de propriedade é a chamada "função social da terra", conforme fixa o artigo 184 da Constituição Federal. Na visão maniqueísta dos congres-

sistas que escreveram a Carta de 1988, só o fato de alguém ter uma grande propriedade já o coloca do lado dos vilões. A realidade é outra. "O modelo distributivista de terras, que o governo atual insiste em adotar, não deu certo em lugar algum do mundo", afirma Xico Graziano, deputado federal do PSDB e ex-presidente do Inca. "Para ser eficiente, a atividade agrícola exige hoje muitos investimentos e uma grande infra-estrutura, condições difíceis de ser preenchidas nos assentamentos. Por isso, muitos deles viram, em geral, favelas rurais."

Cabe aqui, portanto, uma questão fundamental: quem está cumprindo melhor sua função social, os produtores que respondem por um terço do PIB brasileiro ou os ineficientes assentamentos rurais? Os fatos mostram que a resposta é bastante óbvia. Mais do que isso, o resultado da discussão sobre o índice de produtividade pode definir a vocação brasileira nos assuntos do campo de uma vez por todas. Em última instância, está em jogo se o país vai continuar na vanguarda do agronegócio — com fazendas eficientes e capazes de gerar milhões de empregos diretos e indiretos — ou se vai jogar fora essas conquistas e, em troca, transformar o país num imenso favelão rural.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a entrevista concedida no último dia 6 de agosto ao jornal **Correio Braziliense** pelo presidente nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen e que, dentre outros assuntos, aborda a proposta do Presidente Lula de convocar uma Assembléia Constituinte para aprovar uma reforma política.

Na entrevista, intitulada "Lula foi um desastre", o Senador Jorge Bornhausen afirma que a proposta de instalação de uma Constituinte visa apenas a mudar o foco da campanha eleitoral, que terá como questão central a ética. O Senador destaca, também, que o candidato à Presidência Geraldo Alckmin vai cortar gastos públicos, diminuir o tamanho da máquina estatal e criar um novo modelo de Previdência Social.

Como segundo assunto, gostaria fazer o registro da matéria intitulada "TSE multa presidente em R\$900

mil", publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 18 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o Presidente Lula foi condenado pelo TSE a pagar uma multa de R\$900 mil por fazer propaganda da sua candidatura à reeleição antes do prazo legal.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria e a entrevista acima citadas passem a integrar

este pronunciamento para que, assim, constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.
Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



PRESIDENTE DO PFL DIZ QUE GOVERNO QUER ENCOBRIR DISCUSSÃO ÉTICA COM PROPOSTA DE CONSTITUINTE E ACUSA TARSO GENRO DE TER VIÉS AUTORITÁRIO

GUSTAVO KRIEGER, LUIZ CARLOS AZEDO E OSWALDO BUARIM JR.

DA EQUIPE DO CORREIO

A última frase da entrevista do presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, foi pontuada com um sorriso. "Espero não ter sido muito violento...", disse. Nos 40 minutos anteriores, o senador foi violento, sim. Pegou pesado nos ataques ao governo

Lula, fiel ao papel que adotou durante toda a campanha. Bornhausen é o chefe da artilharia do PFL, responsável pelos ataques mais pesados ao presidente em busca da reeleição. Assumindo a linha de frente, libera seu candidato, o tucano Geraldo Alckmin, para fazer um discurs-

so mais tranquilo, propositivo.

Bornhausen se diz confortável na oposição, mas não esconde a vontade de reconquistar o poder. Apostava que Alckmin vencerá a eleição. "O governo Lula foi um desastre. O Brasil não aguentaria um segundo desastre." Confante,

já traça os rumos para um possível governo Alckmin. Segundo ele, se eleito o tucano vai propor ainda este ano ao Congresso a reforma política, com prioridade para a fidelidade partidária. Assegurado o controle das direções partidárias sobre suas bancadas, será a vez

da segunda ofensiva, com o projeto de reforma do Estado. O presidente do PFL diz que Alckmin vai cortar gastos públicos, diminuir o tamanho da máquina estatal e criar um novo modelo de previdência social para quem entrar no mercado de trabalho a partir de 2007.

“LULA FOI UM DESASTRE”

O senhor chamou de golpista a proposta do presidente Lula de uma Constituinte para votar a reforma política. O senhor não apoia a reforma política?

Entre 2000 e 2001, o Senado aprovou projetos fundamentais para a reforma política. Um deles aumentava para quatro anos o prazo de filiação partidária. Outros reduziam os prazos de campanha para dois meses, criavam a votação por listas e o financiamento público de campanha. Aprovou também a proibição de coligações nas eleições proporcionais. Isto chama-se reforma política e está pronta para ser votada.

E por que a reforma parou na Câmara?

Durante o governo Fernando Henrique, o que atrapalhou foi a disputa pela presidência da Câmara entre o Aécio Neves e o Inocêncio Oliveira. Os dois se comprometeram com os pequenos partidos na campanha e o processo empacou. Quando veio o governo Lula, o José Genoino, então presidente do PT, me procurou para discutir a reforma política. Trouxe o Delúbio Soares para a reunião. O interlocutor trazia junto aquele que ia fazer a política de cooptação. O governo Lula abandonou a reforma política e adotou a cooptação. O operador desta era Waldomiro Diniz. O governo Lula não tem autoridade moral para falar em reforma política.

tão de sobrevivência do Poder Legislativo. Um presidente que tenha compromisso com a reforma como tem Geraldo Alckmin, e que tenha maioria, vota este assunto logo depois das eleições. Antes da posse. Se a fidelidade partidária for aprovada este ano, ao assumir ele pode encaminhar a segunda grande reforma, que é a do Estado. Para ser aprovada, esta reforma precisa de fidelidade.

O que o senhor considera reforma do Estado?

Ela inclui a questão fiscal, o pacto federativo e a reforma tributária, que é uma consequência do novo pacto federativo. E a nova previdência, para quem está entrando agora no sistema. A previdência atual será sempre alvo de demandas judiciais, de questionamentos sobre direitos adquiridos. A reforma do Estado inclui a reforma administrativa, o corte dos ministérios, dos cargos em comissão.

Sem demitir funcionários públicos?

Sem demissões. Você vai enxugar os cargos em comissão, ocupados por gente que tem uma estrelinha no peito e nada na cabeça.

O senhor traçou o cenário com

Proposta de reforma política é rejeitada e reivindica pronta para ser votada.

E por que a reforma parou na Câmara?

Durante o governo Fernando Henrique, o que atrapalhou foi a disputa pela presidência da Câmara entre o Aécio Neves e o Inocêncio Oliveira. Os dois se comprometeram com os pequenos partidos na campanha e o processo empacou. Quando veio o governo Lula, o José Genoino, então presidente do PT, me procurou para discutir a reforma política. Trouxe o Delíbrio Soares para a reunião. O interlocutor trazia junto aquele que ia fazer a política de cooptação. O governo Lula abandonou a reforma política e adotou a cooptação. O operador desta era Waldomiro Diniz. O governo Lula não tem autoridade moral para falar em reforma política.

Então por que levantar esta questão agora?

O comando da campanha de Lula percebeu que a questão central da campanha será a ética e quer mudar o foco. A ideia deve ter surgido do ministro Tarso Genro, porque os senadores Renan Calheiros e José Sarney são experientes demais para entrar numa sugestão desta natureza. Tarso tem um viés autoritário. Por volta de 1997, escreveu um artigo intitulado "Fora FHC", pregando o golpe, a derrubada do presidente Fernando Henrique. Agora, ele que é fiel aos ideais de Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales. Por trás disto está a intenção de criar uma Constituinte ampla, como fez Chávez ou quer fazer Evo Morales. Isto cabe bem na cabeça do professor Tarso e na do

aluno Lula, que esta semana deu uma declaração na qual não contesta a sucessão de Fidel por seu irmão em Cuba. Quem não defende a democracia no mundo está sob suspeição na defesa da democracia em seu país.

Lula transformou a reforma política em tema de campanha e acusa as elites de serem contra.

Os projetos que foram aprovados de reforma são de autoria do PFL, do PSDB, do PMDB e do PSE.

Não há um projeto do PT. E quem barrou a reforma foi o projeto ambicioso de se manter 20 anos no poder, com a estratégia de cooptação comandada por Zé Dirceu e usando como instrumento o Waldomiro Diniz.

A ideia de uma Constituinte exclusiva é uma tentativa de aproveitar o desgaste na imagem do Congresso?

Não vejo autoridade moral no presidente para pregar uma solução que venha de fora do Congresso. O partido deles não expulsou os mensaleiros, não se manifestou sobre os sangueus. Os partidos têm de retirar das chapas os que tiverem culpa. O presidente já subiu com sangueus nos palanques. Não tem nenhum pejo de se deixar fotografar com mensaleiros.

Ele diz que ninguém pode ser excluído até o processo ser transitado em julgado.

Ele é que vai transitar em julgado pelas urnas.

Mas há uma crise moral e de imagem do Congresso que é real. Este problema não tem de ser enfrentado?

A reforma política é prioridade. Se houver consciência, estes projetos que estão na Câmara podem ser votados este ano. Numa segunda fase, é necessário discutir os temas que dependem de mudanças constitucionais, como o voto distrital, o fim da obrigatoriedade do voto e, principalmente, o sistema de governo. Mais uma vez fracassamos em razão do sistema presidencialista. Se tivéssemos o parlamentarismo, no primeiro escândalo teria havido um voto de desconfiança do governo e o presidente da República teria de convocar eleições gerais.

Todo mundo é a favor da reforma política e de mudanças na comissão de Orçamento, mas nada acontece.

Por que seria diferente agora?

A manifestação nas urnas, a reaprovação que terão os envolvidos em escândalos, vão permitir a aprovação da reforma política. É uma ques-

reforma de Estado

Ela inclui a questão fiscal, o pacto federativo e a reforma tributária, que é uma consequência do novo pacto federativo. É a nova previdência, para quem está entrando agora no sistema. A previdência atual será sempre alvo de demandas judiciais, de questionamentos sobre direitos adquiridos. A reforma do Estado inclui a reforma administrativa, o corte dos ministérios, dos cargos em comissão.

Sem demitir funcionários públicos?

Sem demissões. Você vai enxugar os cargos em comissão, ocupados por gente que tem uma estrelinha no peito e nada na cabeça.

O senhor traçou o cenário com Geraldo Alckmin presidente?

E se o presidente Lula for reeleito?

Nós já vivemos um desastre. Um segundo desastre vai ser maior. O controle do país será perdido. Quem permitiu que acontecesse o que aconteceu com seu governo, por incompetência ou leniência com a corrupção, só iria piorar em um segundo mandato. Mas isso não vai acontecer. O Brasil já apanhou demais com a incompetência de Lula e do PT.

O senhor é a favor do fim da reeleição?

A reeleição no Brasil trouxe um prejuízo administrativo. Faço um mea culpa, porque apoiei a ideia. Mas a grande maioria dos chefes do executivo desviou o foco de suas administrações das obras e realizações para a propaganda visando à reeleição. Basta ver que o governo gastou R\$ 2,6 milhões por dia em publicidade este ano para manter Lula em alta nas pesquisas.

Segundo as pesquisas, no Distrito Federal, a eleição é liderada por Lula, Artur e Roriz. Como transferir os votos de Artur para Alckmin?

Fui a um evento do Arturista esta semana e ele foi muito incisivo em pedir votos para Alckmin. Se todos fizerem isto, o resultado será a vitória de Alckmin em Brasília.

O senhor acha que o PFL agiu certo ao lançar chapa pura em Brasília?

O PFL não tinha outra saída. Tinhamos uma disputa entre dois candidatos que estavam nos primeiros lugares nas pesquisas. Qualquer disputa em convenção seria o caminho para a derrota, porque o perdedor não assimila o resultado. Em vez de somarmos os dois maiores eleitores de Brasília, dividiríamos. Esta união não foi contra o Roriz nem contra Ahadá. Foi para salvar o PFL de Brasília, que poderia perder as eleições.

Nesta campanha, o senhor se transformou no inimigo número 1 dos petistas. Chegou a dizer que "esta raça vai ficar 30 anos longe do poder".

E não é mesmo. É pena que eu não viva estes 30 anos para ver.

Senador, obrigado pela entrevista.

Espero não ter sido muito violento...

ESCLARECIMENTO À CLASSE ODONTOLÓGICA

Informe Publicitário

Dante de manifestação pública do CRODF, assinada pelo seu Presidente, Cirurgião-Dentista Sérgio Valmor Barbosa e pelo seu advogado Marcus Aurélio Dias de Paiva, os Conselhos Regionais de Odontologia – abaixo relacionados – se vêem na obrigação moral de referir seus pontos de vista e defender a honra e a legitimidade de seus mandatos.

O texto que questiona a legalidade do atual número de representantes no Plenário do CFO – disponível no site do CRODF desde o dia 31 de julho último – já comete seu primeiro equívoco no título: "Posicionamento frente Manifesto CFO".

Há que se reiterar o óbvio: o Manifesto citado pelo CRODF foi assinado por Presidentes de Conselhos Regionais de Odontologia, sem nenhuma interferência do CFO. Subscrito por 18 CRO's, o texto já recebeu o apoio de mais 3 Regionais. Portanto, deve ser atribuída somente a estes CRO's a responsabilidade pelo Manifesto "Pluralidade, Soberania e Democracia – em defesa da representatividade dos 27 Conselhos no Plenário do CFO".

O texto do CRO-DF chama este Manifesto de "apurado documento", dizendo que ele "está em desacordo com a lei e a ordem judicial". Questiona ainda, a legitimidade destes CRO's na representação do desejoso soberano da maioria dos profissionais de odontologia de seus Estados.

Ora, antes de tudo é importante reafirmar que o que está em discussão aqui é o avanço democrático representado por uma mudança no Regimento Eleitoral do CFO, feita com o objetivo de dar voz às 27 Unidades da Federação na Autarquia Federal da Odontologia, tendo em vista que, até 2003, o Plenário do CFO só garantia espaço a 18 representantes, deixando de fora 9 Unidades Federativas, que ficaram à mercê de decisões tomadas sem sua participação. Temos um exemplo muito próximo em que o número de conselheiros foi a fim de atingir o mesmo objetivo: o Conselho Federal de Medicina, que possui hoje em seu Plenário 54 Conselheiros 2 para cada Estado e o Distrito Federal.

Quanto ao "menosprezo à lei e a ordem judicial" vale dizer que uma mesma lei, como no referido caso, pode ser alvo de interpretações diversas. Mais ainda: uma medida tomada em favor da participação direta de todos os Regionais não pode ser lida a priori, como desrespeitosa à lei ou ao Estado de direito, conforme afirmação do CRODF. A propósito, é curioso notar que tal mudança na legislação eleitoral do CFO só passou a ser considerada "ilegal", pelo Presidente do CRODF e por esses quatro Cirurgiões-Dentistas, três anos depois de sua implementação, e após a realização de todos os pleitos eleitorais ocorridos nesse período, sem qualquer questionamento. Tal julgamento, feito agora, por ocasião da campanha para a eleição do Plenário Federal nos parece, no mínimo, oportunista.

Por fim, queremos repudiar com veemência toda e qualquer insinuação quanto à legitimidade dos Conselhos Regionais de Odontologia que assinaram o Manifesto. Todos estes CRO's que respeitam e honram a Lei 4.324/64 (que cria os Conselhos Regionais de Odontologia), foram eleitos pela maioria dos profissionais de seus Estados sob as mesmas regras eleitorais vigentes no CFO do Distrito Federal.

Vocês já viram que é a fiscalização da ética profissional sob a ética da lei, tendo como escopo, sempre, o cumprimento das interesses da classe odontológica.

ESCLARECIMENTO A CLASSE ODONTOLÓGICA

Dante de manifestação pública do CRODF, assinada pelo seu Presidente, Cirurgião-Dentista Sérgio Valmor Barbosa e pelo seu advogado Marcus Aurélio Dias de Paiva, os Conselhos Regionais de Odontologia – abaixo relacionados – se vêem na obrigação moral de reiterar seus pontos de vista e defender a honra e a legitimidade de seus mandatos.

O texto que questiona a legalidade do atual número de representantes no Plenário do CFO – disponível no site do CRODF desde o dia 31 de julho último – já comete seu primeiro equívoco no título: “Posicionamento frente Manifesto CFO”.

Há que se reiterar o óbvio: o Manifesto citado pelo CRODF foi assinado por Presidentes de Conselhos Regionais de Odontologia, sem nenhuma interferência do CFO. Subscrito por 18 CRO's, o texto já recebeu o apoio de mais 3 Regionais. Portanto, deve ser atribuída somente a estes CRO's a responsabilidade pelo Manifesto “Pluralidade, Soberania e Democracia – em defesa da representatividade dos 27 Conselhos no Plenário do CFO”.

O texto do CRO-DF chama este Manifesto de “espúrio documento”, dizendo que ele “ostenta menosprezo à lei e à ordem judicial”. Questiona ainda, a legitimidade destes CRO's na representação do desejo soberano da maioria dos profissionais de odontologia de seus Estados.

Ora, antes de tudo é importante reafirmar que o que está em discussão aqui é o avanço democrático representado por uma mudança no Regimento Eleitoral do CFO, feita com o objetivo de dar voz às 27 Unidades da Federação na Autarquia Federal da Odontologia, tendo em vista que, até 2003, o Plenário do CFO só garantia espaço a 18 representantes, deixando de fora 9 Unidades Federativas, que ficavam à mercê de decisões tomadas sem sua participação. Temos um exemplo muito próximo em que o número de conselheiros foi a luta de atingir o mesmo objetivo: o Conselho Federal de Medicina, que possui hoje em seu Plenário 54 Conselheiros 2 para cada Estado e o Distrito Federal.

Quanto ao “menosprezo à lei e à ordem judicial” vale dizer que uma mesma lei, como no referido caso, pode ser alvo de interpretações diversas. Mais ainda: uma medida tomada em favor da participação direta de todos os Regionais não pode ser lida a priori, como desrespeito à lei ou ao Estado de direito, conforme afirmação do CRODF. A propósito, é curioso notar que tal mudança na legislação eleitoral do CFO só passou a ser considerada “ilegal”, pelo Presidente do CRODF e por esses quatro Cirurgiões-Dentistas, três anos depois de sua implementação, e após a realização de todos os pleitos eleitorais ocorridos nesse período, sem qualquer questionamento. Tal julgamento, feito agora, por ocasião da campanha para a eleição do Plenário Federal nos parece, no mínimo, oportunista.

Por fim, queremos repudiar com veemência toda e qualquer insinuação quanto à legitimidade dos Conselhos Regionais de Odontologia que assinaram o Manifesto. Todos estes CRO's que respeitam e honram a Lei 4.324/64 (que cria os Conselhos Regionais de Odontologia), foram eleitos pela maioria dos profissionais de seus Estados sob as mesmas regras eleitorais vigentes no CRO do Distrito Federal.

Nossa profissão de fé é a fiscalização da ética profissional sob a ótica da lei, tendo como escopo, sempre, o atendimento aos interesses da classe odontológica, em respeito à sua pluralidade e soberania.

- ARNALDO DE ALMEIDA GARROCHE, CD - Presidente do CRO-MG
- JOAQUIM GUILHERME VIANOVA CERQUEIRA, CD - Presidente do CRO-RS
- CARLOS ROBERTO CERQUEIRA DE MENEZES, CD - Presidente do CRO-AL
- AUGUSTO TADEU RIBEIRO SANTANA, CD - Presidente do CRO-SE
- OUTAIR BASTAZINI, CD - Presidente do CRO-RJ
- FRANCISCO MICCIONE FILHO, CD - Presidente do CRO-AP
- JULIANO DO VALE, CD - Presidente do CRO-TO
- SANDRA MARIA RODRIGUES DE MENEZES, CD - Presidente do CRO-RO
- ÁLVARO LUIZ DO NAZARETH, CD - Presidente do CRO-MS
- SILVANO DA SILVA SILVESTRE, CD - Presidente do CRO-AC
- PAULO CÉSAR ALCÂNTARA RIBEIRO, CD - Presidente do CRO-BA
- LEONARDO MARCONI CAVALCANTI DE OLIVEIRA, CD - Presidente do CRO-PB
- CLÁUDIO FONTOURA NOGUEIRA DA CRUZ, CD - Presidente do CRO-MA
- HELÁDIO DE SOUZA GOMES, CD - Presidente do CRO-AM
- SÉRGIO DE SÁ PIRES, CD - Presidente do CRO-PI
- ANTÔNIO FERELIE, CD - Presidente do CRO-PR

fotografar com mensageiros.

Ele diz que ninguém pode ser excluído até o processo ser transitado em julgado.
Ele é que vai transitado em julgado pelas urnas.

Mas há uma crise moral e de imagem do Congresso que é real. Este problema não tem de ser enfrentado?

A reforma política é prioridade. Se houver consciência, estes projetos que estão na Câmara podem ser votados este ano. Numa segunda fase, é necessário discutir os temas que dependem de mudanças constitucionais, como o voto distrital, o fim da obrigatoriedade do voto e, principalmente, o sistema de governo. Mais uma vez frassamos em razão do sistema presidencialista. Se tivéssemos o parlamentarismo, no primeiro escândalo teria havido um voto de desconfiança do governo e o presidente da República teria de convocar eleições gerais.

Todo mundo é a favor da reforma política e de mudanças na comissão do Orçamento, mas nada acontece. Por que será diferente agora?

A manifestação nas urnas, a reaprovação que terão os envolvidos em escândalos, vão permitir a aprovação da reforma política. É uma ques-

e Roriz. Como transferir os votos de Arruda para Alckmin?

Fui a um evento do Arruda esta semana e ele foi muito incisivo em pedir votos para Alckmin. Se todos fizerem isto, o resultado será a vitória de Alckmin em Brasília.

O senhor acha que o PFL agiu certo ao lançar chapa pura em Brasília?

O PFL não tinha outra saída. Tínhamos uma disputa entre dois candidatos que estavam nos primeiros lugares nas pesquisas. Qualquer disputa em convenção seria o caminho para a derrota, porque o perdedor não assimilava o resultado. Em vez de somarmos os dois maiores eleitores de Brasília, dividiríamos. Esta união não foi contra o Roriz, nem contra Abadia. Foi para salvar o PFL de Brasília, que poderia perder as eleições.

Nesta campanha, o senhor se transformou no inimigo número 1 dos petistas. Chegou a dizer que “esta raça vai ficar 30 anos longe do poder”.

E vão mesmo. É pena que eu não viva estes 30 anos para ver.

Senador, obrigado pela entrevista.

Espero não ter sido muito violento...

TARSO RESPONDE

Alvo de ataques duros na entrevista do senador Jorge Bornhausen ao Correio, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, nega que a discussão da reforma política pelo governo seja uma tentativa de desviar a atenção da opinião pública das denúncias de corrupção. “Não foi o governo que levantou a tese da reforma política. Ela nasceu da sociedade”. Para ele, “o debate entre governo e oposição nas eleições é importante, mas não pode esconder o essencial, que é a necessidade de reformar o sistema político do país”.

Genro nega ser o autor da proposta de uma Assembleia Nacional Constituinte para votar a reforma política. “Esta ideia tem sido levantada pelo presidente Lula há mais de seis meses. Eu tenho um candidato a presidente com idéias próprias e respeitabilidade política elevadas para formar um juiz original sobre as questões do país e não repetir obviedades sem brilho, como faz o candidato do senador Bornhausen”.

TSE multa presidente em R\$ 900 mil

Tribunal considerou propaganda antecipada a distribuição de cartilhas comparando governo Lula com FHC

Mariângela Gallucci

PRAS / A

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sofreu ontem uma grande derrota no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo multado em R\$ 900 mil. Por 4 votos a 2, o tribunal entendeu que o presidente fez propaganda eleitoral fora de época ao editar a cartilha "Brasil um País de Todos", distribuída em janeiro. Com tiragem de 1 milhão de exemplares, a publicação apresentou um balanço do governo Lula e comparou a sua administração com a do antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

O advogado de Lula no TSE, José Antônio Toffoli, já anunciou que vai recorrer da decisão ao Supremo Tribunal Federal (STF), com a alegação de que a decisão contraria ao menos quatro dispositivos constitucio-

nais. Enquanto o recurso não for julgado, Lula não precisa pagar a multa.

Para advogado, decisão viola quatro dispositivos constitucionais

nais. Enquanto o recurso não for julgado, Lula não precisa pagar a multa.

Toffoli disse que, como o TSE considerou a cartilha como propaganda eleitoral, em caso de derrota poderá ser usado dinheiro da campanha para pagar a multa. Ao pedir o registro da candidatura à reeleição, Lula declarou possuir patrimônio de R\$ 889 mil, inferior portanto ao valor da multa.

A publicação e a distribuição

da cartilha foram contestadas no TSE pelo PSDR. Os tucanos alegaram que a cartilha - editada sob responsabilidade da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência e do Ministério do Planejamento - trazia "intensa publicidade das realizações do governo federal".

O valor da multa aplicada corresponde ao custo estimado da produção de 1 milhão de exemplares da cartilha.

CHEFE DO EXECUTIVO

No início do julgamento, em junho, o relator do caso no TSE, ministro José Delgado, disse estar certo de que a cartilha fazia "louvor aos feitos do chefe do Poder Executivo, longe de se caracterizar como propaganda de cunho educativo".

Ele ainda acrescentou: "Reconheço a direta responsabilidade do presidente da República pela concretização da propaganda, uma vez que a responsabilidade pela publicação e distribuição é de (...) órgãos sob as ordens diretas do representado." Depois de interrompido por um pedido de vista, o julgamento foi retomado ontem.

Acompanharam o voto de Delgado os ministros Caputo Bastos, César Rocha e Cezar Peluso. Votaram contra a aplicação da multa os ministros José Gerardo Grossi e Ricardo Lewandowski. Grossi tentou suspender a votação, mas não conseguiu. O presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, não votou no caso. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “TSE condena Lula a pagar R\$900 mil”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 18 de agosto do corrente.

Segundo a matéria, “O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pagamento de multa de R\$900 mil pela distribuição de um jornal tablóide de caráter eleitoral pela Casa Civil da Presidência, em janeiro último”. O Tribunal considerou que houve propaganda da

candidatura do presidente Lula à reeleição antes do prazo legal.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TSE condena Lula a pagar R\$ 900 mil

Presidente, que vai recorrer, foi considerado responsável por jornal de caráter eleitoral distribuído em janeiro

Multa tem de ser paga com dinheiro do candidato; se mantida, advogado afirma que tentará transferir pagamento para comitê

SILVANA DE FREITAS
DAS CURSALS DE BRASÍLIA

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) condenou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao pagamento de multa de R\$ 900 mil pela distribuição de um jornal tablóide de caráter eleitoral pela Casa Civil da Presidência, em janeiro último.

A maioria dos ministros considerou Lula diretamente responsável pela publicação, que tinha 36 páginas e 1 milhão de exemplares. Por quatro votos contra dois, o tribunal afirmou

que houve propaganda de sua candidatura à reeleição antes do prazo legal, que é 6 de julho.

Os dois votos favoráveis ao presidente foram de Gerardo Grossi e Henrique Lewandowski. Para eles, o jornal “Brasil, Um País de Todos” não fez promoção pessoal do presidente, só comparou o governo atual com o anterior. Na corrente pela condenação, o relator, José Delgado, afirmou: “É uma cartilha com louvor aos feitos do chefe do Executivo, longe de se caracterizar como propaganda de cunho educativo.”

O jornal foi feito pela Casa Civil, em parceria com o Ministério do Planejamento e Secretaria Geral da Presidência.

O advogado de Lula, José Antônio Toffoli, disse que recorrerá ao Supremo Tribunal Fede-

ral alegando que a tramitação do processo no TSE violou princípios constitucionais como o devido processo legal. Também afirmará que o valor da multa, que o candidato tem de pagar do próprio bolso, é excessivo – supera o patrimônio declarado por Lula ao TSE.

Ele disse que, em tese, Lula poderá transferir a multa ao comitê, dando-lhe tratamento de despesa de campanha. O valor equivale ao custo estimado com a produção do tablóide.

O presidente do TSE, Marco Aurélio de Mello, não votou sobre a condenação – só precisaria se manifestar em caso de empate. Ele fez, porém, defesa veemente do prosseguimento do processo quando Gerardo Grossi sugeriu o arquivamento, alegando motivo processual.

Indefinição de programa irrita aliados de Lula

DA REPORTAGEM LOCAL

rário eleitoral. Os trabalhos não foram concluídos. A **Folha** publicou reportagem na terça-feira mostrando que os três principais candidatos à Presidência – Lula, Geraldo Alckmin (PSDB) e Heloísa Helena (PSOL) – não divulgaram os programas.

Com a criação de um conselho político suprapartidário, foi abortada a idéia do PT, do PSB e do PCdoB de divulgar uma segunda carta ao povo brasileiro. A intenção era mostrar a linha divisória entre o primeiro e o segundo mandatos. O foco agora seria o desenvolvimento. O conselho político também quer que as viagens de Lula sejam intensificadas. (MALU DELGADO)

A meta do PT era apresentar o programa antes do hor-

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna esta tarde para expressar minha concordância com o artigo publicado domingo na **Folha de S.Paulo**, de autoria do empresário Antônio Ermírio de Moraes.

Intitulado “O exemplo de São Paulo”, o texto aborda com muita seriedade a questão da carga tributária em nosso País, que atingiu 37,37% do PIB em 2005, e cuja previsão para 2006 também não é nada otimista, prenunciando resultados ainda mais desanimadores para o ano que vem.

O empresário faz uma análise lúcida da situação de nosso País, onde “tem quase tudo por ser construído”. E cita como exemplo, para o Governo Federal, o

ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES

O exemplo de São Paulo

DROMESSAS... promessas. Quantas e quantas vezes o cara leitor ouviu do governo a promessa de que vai baixar a carga tributária?

O governo pode argumentar que, em 2005, foram concedidos incentivos como redução do IPI para automóveis, máquinas e equipamentos e diminuição do PIS e Cofins em vendas para a agroindústria, assim como para alguns itens da cesta básica.

Mas a realidade nua e crua mostra que a carga tributária aumentou e bateu um recorde em 2005, tendo chegado a 37,37% do PIB, segundo a Receita Federal (**Folha**, 25/8). Os brasileiros pagaram, em 2005, R\$ 724 bilhões aos governos, dos quais 70% foram para o federal.

O aumento de recursos nos cofres públicos significa uma redução de recursos nos investimentos produtivos. E, ao que parece, a gula governamental está continuando. Em 2006, de janeiro a julho, o governo federal arrecadou cerca de R\$ 222 bilhões – o que significou uma elevação de 3,25% em relação ao mesmo período de 2005.

O mais grave é que, apesar desse aumento, os recursos arrecadados não conseguiram cobrir as despesas correntes, que, em 2006, aumentaram 15%.

Nessas condições, os investimentos acabaram ficando com a irrisória quantia de R\$ 5,5 bilhões.

Estado de São Paulo, “onde cortes drásticos no ICMS fizeram aumentar a arrecadação do governo”.

Antônio Ermírio de Moraes encerra seu artigo, afirmando que “temos todos os motivos para exigir do governo o fim da atual gastança e a redução de impostos”.

Seu artigo é esclarecedor, por isso peço que faça parte de meu pronunciamento.

Obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Isso não é nada para quem tem quase tudo por ser construído.

Vejo algumas autoridades dizerem que o crescimento da carga tributária foi “saudável”, porque decorreu de uma maior obediência por parte dos contribuintes e do maior crescimento da economia. Não me consta que a informalidade tenha diminuído e que a economia tenha disparado. Mesmo que tivesse, devemos ser castigados pelo fato de termos crescido? Ademais, convém lembrar que os serviços de segurança, justiça, saúde e educação continuam bastante precários.

Onde estão os compromissos públicos de não elevar essa carga? Investimentos da ordem de R\$ 5,5 bilhões são ridículos quando vemos nossas estradas em frangalhos e vários outros setores da infra-estrutura estagnados ou em colapso.

Apesar do aumento de carga tributária, tudo indica termos chegado à porta de uma grave crise fiscal, que pode explodir em 2007. Sera mais um estelionato.

Inaceitável. Isso não pode continuar. Reduzir a carga tributária é disponibilizar recursos para crescer. O próprio governo ganha com isso. Basta ver o que foi feito no Estado de São Paulo, onde cortes drásticos de ICMS fizeram aumentar a arrecadação do governo. Em suma, temos todos os motivos para exigir do governo o fim da atual gastança e a redução de impostos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 22 minutos.)

(OS Nº 14925/06)

ATO DO PRESIDENTE Nº 049 DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares, e com fulcro no Ato nº 10, de 2004, da Comissão Diretora, RESOLVE:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão Única de Licitações, indicada pelo Ato do Presidente nº 37 de 2006, o advogado Alberto Machado Cascais Meleiro, na qualidade de representante da Advocacia-Geral, em substituição ao advogado José Expedito de Andrade Fontes.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de Agosto de 2006

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 195 , DE 2006

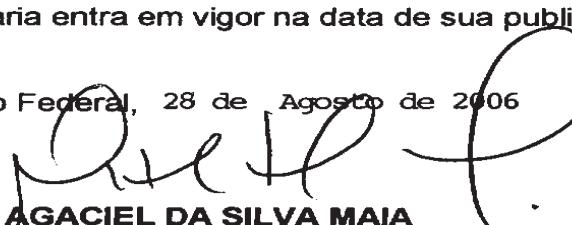
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Coordenação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, instituída pela Portaria nº 120, de 2006, do Diretor-Geral.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1768 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.647/06-3.

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por tempo de serviço, com proventos integrais, o servidor **JOÃO MUGAYAR**, Consultor Legislativo, Área 1, Nível III, Padrão 45, nos termos do Art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006

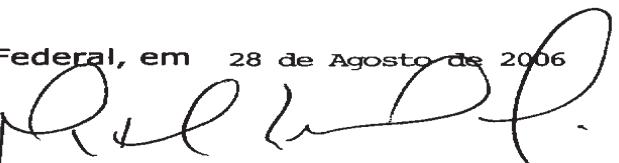

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1769 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.225/91-6.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 1138/1991, que aposentou o servidor **PAULO MINEIRO MALAQUIAS**, Técnico Legislativo, Nível II, Padrão 30, para substituir a vantagem denominada "diferença de classe", nos termos do artigo 192, Inciso II, da Lei 8.112/90, pelas vantagens previstas nos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 74/94, observando-se o disposto no artigo 37, Inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA

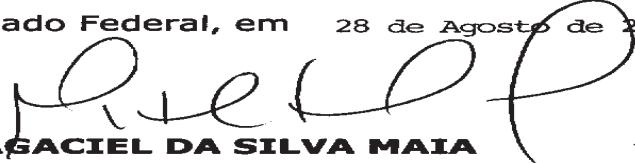
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1770 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.691/92-0.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 254/1992, que aposentou, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **MOISÉS QUININO NETO**, Técnico Legislativo, Área 6, Nível II, Padrão 30, para incluir os artigos 1º e 2º da Resolução (SF) nº 74/1994, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1771 , DE 2006

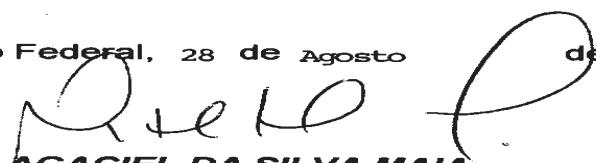
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9, de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SIDNEI JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula nº 14579, e ALEXANDRE ASSUCENA DE VASCONCELLOS, matrícula nº 32960, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 011016/06-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 28 de Agosto de 2006.

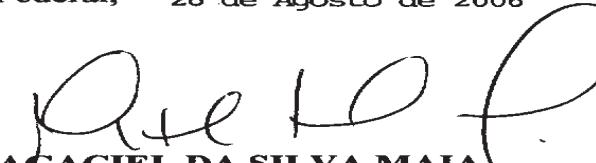

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1772 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013025/06-6,

RESOLVE dispensar o servidor JOHN KENNEDY DE OLIVEIRA GURGEL, matrícula 51254, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, Serviço de Apoio Administrativo da Secretaria de Pesquisa e Opinião, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Análise de Informação da Coordenação Data Senado, do mesmo Órgão, a partir de 24 de agosto de 2006.

Senado Federal, 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 1773 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013026/06-2,

RESOLVE dispensar a servidora ANDREA VALENTE DA CUNHA, matrícula 53962, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Análise de Informação da Coordenação Data Senado, da Secretaria de Pesquisa e Opinião, a partir de 24 de agosto de 2006, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 28 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1774 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013024/06-0,

RESOLVE dispensar o servidor FLÁVIO RODRIGUES MOTTA, matrícula 46593, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria de Controle Interno, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Apoio Administrativo da Secretaria de Pesquisa e Opinião, a partir de 24 de agosto de 2006.

Senado Federal, 28 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1775 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **012964/06-9**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **CARLOS GUSTAVO LORETTI VAZ DE ALMEIDA BARCELLOS**, matrícula n.º 193309, de Assistente Parlamentar, AP-1, para o de Assisitente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006

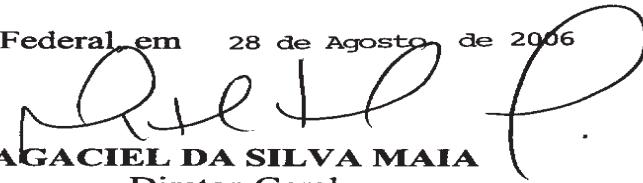

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1776 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **012963/06-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **GERALDO EUSTAQUIO DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 162726, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Motorista do Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1777 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013002/06-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ RAMOS DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 185416, de Assessor Técnico para o de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006



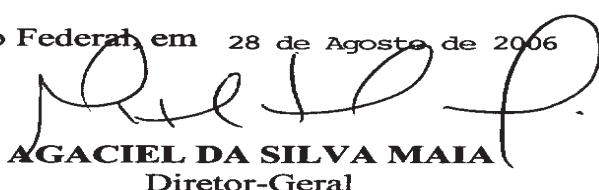
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1778 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo n.º **013001/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **RENATO BERTHOGLIO**, matrícula n.º 188089, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1779 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013004/06-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO HUDSON FERREIRA ALVES**, matrícula n.º 157792, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006

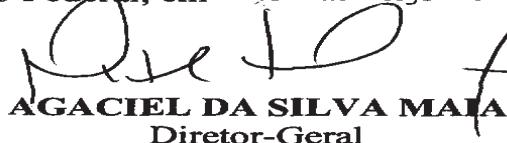

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1780 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013003/06-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GERALDO PRIMO ESTEVESES**, matrícula n.º 169370, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1781 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013051/06-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FREDERICO BOTELHO DE BARROS VIANA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Amir Lando.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006

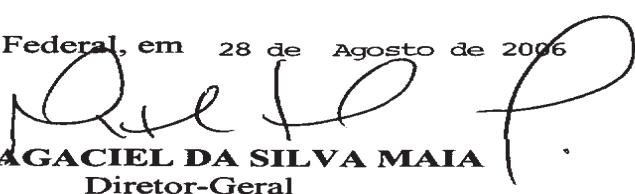

AGACIEL DA SILVA MAIA.
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1782 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 012965/06-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JORGE LUIZ MACEDO BASTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 28 de Agosto de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1783 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

RESOLVE

designar a servidora ELBA ARAÚJO DE MARIA, matrícula 21328, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria Geral, com efeitos financeiros a partir de 19 de julho de 2006.

Senado Federal, 28 de agosto de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Iris de Araújo*^S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Moraes**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório**^S

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João **^S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leonar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ⁴		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 (13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
 (Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
 Presidente: Arnaldo Niskier
 Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 78 PÁGINAS